

Agroecologia e Cidades: Práticas Agroecológicas na Região Metropolitana de Belém/PA

Agroecology and Cities: Agroecological Practices in the Metropolitan Region of Belém/PA

Agroecología y Ciudades: Prácticas Agroecológicas en la Región Metropolitana de Belém/PA

Aelton Dias Costa

Mestrando, UFPA, Brasil
aeltondcosta@gmail.com

José Augusto Lopes da Silva

Doutorando, UFPA, Brasil
augustolopes10@yahoo.com.br

Rita Denize de Oliveira

Professora Doutora, UFPA, Brasil
ritadenize@ufpa.br

Eliana Teles Rodrigues

Professora Doutora, UFPA, Brasil
elianteles@ufpa.br

RESUMO

A segurança alimentar nas cidades tem tomado atenção de estudos devido cenário preocupante de baixa disponibilidade de alimentos saudáveis e alta infração dos preços acompanhada de desemprego, além disso, a crescente aglomeração em áreas urbanas provoca degradação ambiental contribuindo para desequilíbrios climáticos locais, regionais e até globais, é neste sentido que a agroecologia nas cidades tem sido tomada como ferramenta para construção prática de cidades mais ecológicas, resilientes e inteligentes. O estudo apresenta diferentes experiências agroecológicas desenvolvidas na Região Metropolitana de Belém (RMB) a partir de um estudo documental e bibliográfico com levantamento de dados em plataformas oficiais e redes sociais com o objetivo de compreender o potencial agroecológico da RMB para políticas públicas relacionadas a segurança alimentar, pleno emprego, resiliência social e ambiental e mitigação das mudanças climáticas. A pesquisa analisou diferentes tipologias territoriais de uso do espaço urbano e periurbano, classificadas em Quilombos Urbanos, Assentamentos de Reforma Agrária, Quintais Urbanos, hortas Comunitárias e Hortas Escolares, agro extrativismo urbano. Concluiu-se que as práticas desenvolvidas na RMB correspondem a experiências coletivas e individuais de caráter ecológico e social atrelados a saberes tradicionais com potenciais de economias populares capazes de fomentar transformações reais do espaço urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. Cidades. Região Metropolitana de Belém.

ABSTRACT

Food security in cities has attracted the attention of studies due to the worrying scenario of low availability of healthy foods and high price violations accompanied by unemployment, in addition, the growing agglomeration in urban areas causes environmental degradation, contributing to local, regional and even global climate imbalances. , it is in this sense that agroecology in cities has been taken as a tool for the practical construction of more ecological, resilient and intelligent cities. The study presents different agroecological experiences developed in the Metropolitan Region of Belém (RMB) from a documentary and bibliographic study with data collection on official platforms and social networks in order to understand the agroecological potential of the RMB for public policies related to food security, full employment, social and environmental resilience and climate change mitigation. The research analyzed different territorial typologies of use of urban and peri-urban space, classified into Urban Quilombos, Agrarian Reform Settlements, Urban Backyards, Community Gardens and School Gardens, urban agro-extractivism. It was concluded that the practices developed in the RMB correspond to collective and individual experiences of an ecological and social character linked to traditional knowledge with the potential of popular economies capable of promoting real transformations in the urban space.

KEYWORDS: Agroecology. Cities. Metropolitan Region of Bethlehem.

RESUMEN

La seguridad alimentaria en las ciudades ha llamado la atención de los estudios debido al preocupante escenario de baja disponibilidad de alimentos saludables y altas violaciones de precios acompañadas de desempleo, además, la creciente aglomeración en las zonas urbanas provoca degradación ambiental, contribuyendo a problemas locales, regionales e incluso globales. desequilibrios climáticos. , es en este sentido que la agroecología en las ciudades se ha tomado como una herramienta para la construcción práctica de ciudades más ecológicas, resilientes e inteligentes. El estudio presenta diferentes experiencias agroecológicas desarrolladas en la Región Metropolitana de Belém (RMB) a partir de un estudio documental y bibliográfico con recolección de datos en plataformas oficiales y redes sociales con el fin de comprender el potencial agroecológico de la RMB para las políticas públicas relacionadas con la seguridad alimentaria, completa empleo, resiliencia social y ambiental y mitigación del cambio climático. La investigación analizó diferentes tipologías territoriales de uso del espacio urbano y periurbano, clasificadas en Quilombos Urbanos, Asentamientos de Reforma Agraria, Patios Urbanos, Huertos Comunitarios y Huertos Escolares, agroextractivismo urbano. Se concluyó que las prácticas desarrolladas en la RMB corresponden a experiencias colectivas e individuales de carácter ecológico y social vinculadas a los saberes tradicionales con potencialidades de economías populares capaces de promover transformaciones reales en el espacio urbano.

PALABRAS CLAVE: Agroecología. Cidades. Región Metropolitana de Belén.

1 INTRODUÇÃO

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) tem se tornado importante instrumento de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Soberania Alimentar (SA) nas grandes cidades (CORRÉA *et al*, 2020), através do emprego de alternativas de renda e qualidade de vida diante do cenário de insegurança alimentar, desemprego e degradação ambiental nas periferias urbanas. Nessa perspectiva, a cidade de Belém/PA e sua região metropolitana, está incorporada nas problemáticas das grandes cidades. Neste sentido, procura-se discutir neste manuscrito as práticas agroecológicas de diversas tipologias territoriais da RMB.

A agroecologia é uma ciência interdisciplinar que procura unir o conhecimento científico com as ações sociais, tendo claramente sua preferência pela agricultura familiar, camponesa e por todos os marginalizados do campo, por tanto, toma como proposta a busca por novos patamares de sociabilidade humana, procurando manter a Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo produção de alimentos orgânicos de qualidade e uma distribuição justa, assim como a conquista da soberania alimentar e da autonomia dos povos (GÚZMAN; WOODGATE, 2013).

A RMB é composta por sete municípios do estado do Pará, tendo como sede a capital Belém e os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará que, segundo estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2019), corresponde a uma área de aproximadamente 3, 783 km², com uma população de 2.505.242 habitantes.

A formação da RMB corresponde aos grandes empreendimentos implantados na Amazônia nos anos 70, os quais promoveram a migração regional de grupos de camponeses em busca do prometido desenvolvimento, emprego e renda, contudo, a expansão urbana intensificada nos anos 80 e 90 revelou a promoção de aglomerações de grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (DA TRINDADE, 1998). Tal situação permanece nas duas primeiras décadas do século XXI com uma certa estagnação, devido as políticas sociais, e voltam a discussão com o sucateamento das mesmas e a crise da pandemia da Covid-19.

Diante das problemáticas sociais e ambientais, alternativas promovidas por movimentos sociais, associações e organizações da sociedade civil, têm tomado força na promoção de propostas que dialoguem com as necessidades locais, tomando como base os saberes populares e tradicionais em diálogo com o saber científico tecnológico.

2 OBJETIVOS

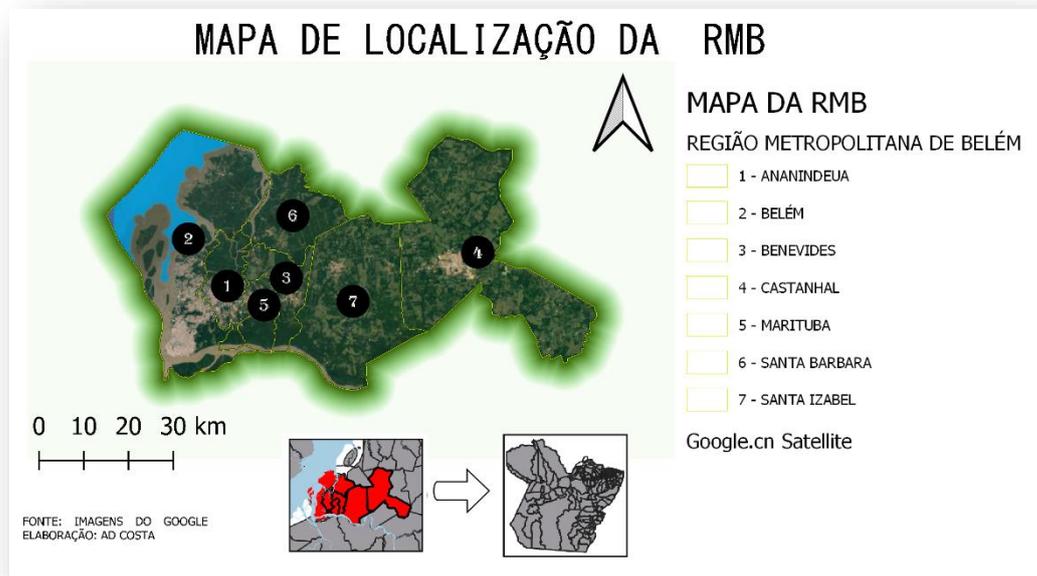
O objetivo geral da pesquisa é compreender o potencial agroecológico da RMB para as políticas públicas relacionadas à SA, pleno emprego, resiliência social e ambiental e mitigação das mudanças climáticas. Para tanto, elaborou-se os seguintes objetivos específicos: a) levantamento de experiências e práticas em agroecologia realizadas na RMB e b) analisar as ações, redes e funcionalidades sob a perspectiva social, econômica e ecológica das práticas e experiências levantadas.

3 METODOS E TÉCNICAS

A RMB encontra-se localizada ao norte do Estado do Pará e é banhada pelas confluências dos rios Guamá e Pará que formam a baía do Guajará, a mesma estende-se ao longo da rodovia

BR-316 onde se localizam os demais municípios que a compõem, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 1 – Mapa de localização da RMB.



Fonte: COSTA (2022).

O levantamento bibliográfico em torno das temáticas da Agroecologia (GÚZMAN; WOODGATE, 2013), Agricultura Urbana (ARRAES; CARVALHO, 2015), SA e SAN (DOURADO, 2012; SANTOS et al, 2016), assim como levantamento da formação espacial da RMB (TRINDADE, 1998; MOREIRA, 1966), contribuíram para o arcabouço teórico analítico da pesquisa que seguiu a perspectiva qualitativa de tipo documental e bibliográfico, além de levantamento realizado em campo, com visitas e entrevistas.

O levantamento das experiências agroecológicas na região metropolitana ocorreu via pesquisa em sites de notícias, revistas eletrônicas, encontros online e banco de teses, dissertações e monografias disponíveis em plataformas da Capes e CNPQ. A partir da revisão de literatura e levantamento dos dados elaborou-se a produção cartográfica das experiências e análise dos dados levantados.

Tal levantamento seguiu as temáticas de práticas agroecológicas e o uso do espaço urbano, caracterizado pelos tipos de uso territorial coletivo e privado com perspectivas do modo de uso do espaço como associativismo, cooperativismo, terras de uso comum e assentamentos destinados a reforma fundiária agrária.

A análise das experiências e práticas agroecológicas levou em consideração as funcionalidades e objetivos almejados e alcançados por cada projeto/ação levantado, visando resultados em torno das dimensões social, econômica e ecológica no meio urbano e periurbano.

4 RESULTADOS

4.1 Agricultura, Segurança Alimentar e Agroecologia

O descontentamento em face aos impactos negativos ocasionados pela “revolução verde”, ofereceu a prerrogativa para se buscar por práticas agrícolas que possam promover no campo, uma produção alimentar resiliente.

Para pensar a relação Sociedade/Natureza começou-se a refletir a sociologia ambiental, tomando as práticas camponesas e os saberes tradicionais para propor outras racionalidades de produção no e do viver no campo.

Esse pensamento permitiu a construção da agroecologia como ciência ligada aos movimentos de base social agrária, com enfoque interdisciplinar entre as Ciências Humanas e da Natureza. Desta forma, a agroecologia é uma ciência interdisciplinar que se propõem a buscar respostas práticas a crise civilizatória atual (GÚZMAN; WOODGATE, 2013).

É nesta perspectiva que o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) deverá ser alcançado por meio de uma nova extensão rural, evitando o paradigma produtivista. Dessa forma, uma nova extensão rural irá preocupar-se com duas questões principais, o abuso de insumos químicos e maquinaria e o incentivo ao grande e médio produtor, marginalizando os pequenos (CAPORAL; COSTABEBER, 2014).

A nova extensão rural deve seguir os princípios da agroecologia, privilegiando a agricultura familiar e a sabedoria tradicional local, tomando as práticas agroecológicas como fornecedoras dos subsídios necessários para a construção de um desenvolvimento rural sustentável, na valorização do saber local, passando por um novo profissionalismo que encare o extensionista como colaborador junto à comunidade, fortalecendo as relações cooperativadas.

Como visto, a agroecologia, é mais que uma ciência preocupada com a sustentabilidade ambiental e produtos orgânicos, uma vez que se preocupa em como produzir de maneira sustentável, de forma a valorizar a dignidade humana, bem como atender e contribuir para a diversidade cultural, biológica e físico geografia. Neste sentido, a superação da pobreza e da fome se coloca como consequência da autonomia de produção e reprodução da vida.

As lutas camponesas por direitos a produção de alimentos e reprodução da vida, a partir da continuidade e preservação dos modos de vida camponês, ganham destaque por meio da organização popular de povos e comunidades tradicionais, revelando a característica territorial manifestada pela delimitação de territórios (quilombos, territórios indígenas, reservas extrativistas, assentamentos etc.) e a reafirmação dos povos, reivindicando o direito ao uso desses territórios, ressaltando suas identidades territoriais, revelando assim os aspectos apontados por Haesbaest (2004) como aspectos funcionais e simbólicos do território.

A agroecologia torna-se ferramenta de luta pela autonomia dos povos quando questiona o modelo de desenvolvimento excludente, a partir da valorização dos saberes/fazeres dos povos e comunidades tradicionais, e reforça outras territorialidades, destacando a sociobiodiversidade (CUNHA, 2017).

A SAN está relacionada com os Direitos Humanos a Alimentação (DHAA), servindo como base para atingir seus objetivos e levando em consideração suas características. O debate em torno da SAN tem início a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, trazendo como enfoque a

questão produtiva, sendo acompanhada da criação de órgãos como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Carta dos Direitos Humanos.

Na década de 80 compreende-se que os incentivos ao paradigma produtivista, no setor alimentício, aprofundaram ainda mais as desigualdades, principalmente nos países do Sul Global, assim como promoveu a ampliação de sua dependência econômica com os países do Norte Global, colocando-os refém das dinâmicas econômicas do petróleo e suas tecnologias e provocando outras conferências que moldaram o conceito de SAN e as políticas públicas, em especial no Brasil a partir de 2001 (SANTOS *et al*, 2016).

As dimensões da segurança alimentar e nutricional, segundo a FAO, são: disponibilidade, acesso, utilização biológica e estabilidade. O Brasil entende as seguintes dimensões: (1) a produção de alimentos; (2) a disponibilidade de alimentos; (3) a renda e as condições de vida; (4) o acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; (5) a saúde, a nutrição e o acesso a serviços relacionados; (6) a educação; e (7) os programas e ações relacionados à SAN.

A disponibilidade é medida pelo valor calórico disponível, sendo verdade que o valor aumentou nos últimos anos na América Latina, entretanto esse aumento deve-se, em grande parte, ao avanço das monoculturas que estão atreladas ao mercado externo, gerando dúvida em relação ao verdadeiro índice da disponibilidade alimentar.

O acesso a alimentação saudável está intimamente relacionado a distribuição de riqueza, sendo indispensável a diminuição das desigualdades sociais para a garantia do direito a uma alimentação adequada (SANTOS *et al*, 2016).

Em se tratando de saúde, nutrição e educação alimentar a FAO observa que houve significativo avanço na luta contra a desnutrição alimentar nos países da América Latina até 2015, entretanto é preocupante a qualidade dessa nutrição.

O Brasil vem tomando ações de cunho educativo para a boa alimentação e busca de qualidade de vida, contudo ações são promovidas na contramão nos últimos anos, como o fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Política Nacional de Agroecologia e Produtos Orgânicos (PNAPO) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que leva a um verdadeiro desmonte das políticas de incentivo aos pequenos produtores e aumento do risco de Insegurança Alimentar (ASSIS; PIRAUX; AZEVEDO, 2019), que é agravado ainda mais pela pandemia da Covid-19, que assola o Brasil desde Janeiro de 2020.

O principal desafio, segundo Santos *et al* (2016), está relacionado com o avanço de políticas neoliberais que monopolizam o comércio através de circuitos longos, que desfavorecem a produção local e monopolização do circuito produtivo. A proposta da SA visa restaurar a agrobiodiversidade, dando garantia de produção resiliente às crises socioeconômicas, distribuição de renda justa e promoção da relação de troca de saberes entre os diferentes grupos, povos e comunidades.

Atualmente o comércio global é dominado por poucos aglomerados agroindustriais que estabelecem os preços e a circulação dos alimentos, provocando alto uso de insumos agrícolas, o que prejudica a qualidade de vida dos que produzem e dos que consomem, alimentando a desigualdade e promovendo anomalias nutricionais. A SA propõe a garantia e o abastecimento através dos produtores locais, o que é tido como uma utopia por alguns pensadores que não acreditam que a produção familiar teria condições de abastecer a população mundial. Entretanto, experiências vêm demonstrando as potencialidades dos circuitos locais de produção, que ameaçam o sistema hegemônico, pelo menos em nível local ou regional (SANTOS *et al*, 2016).

A pandemia da Covid-19 promoveu preocupações em torno dos circuitos longos do agronegócio, demonstrando ser um vetor de transmissão da virose e sendo insustentável diante da necessidade do bloqueio de circulação, sendo mais viável os circuitos curtos, próximos das propostas de soberania alimentar, trazendo à tona questões como da agricultura de base e agricultura urbana nas cidades, tomadas como alternativas para sanar a crise sanitária e alimentar, sobretudo em países como o Brasil (WALLACE, 2020).

4.2 Segurança Alimentar, Agroecologia e a RMB

Ao mesmo tempo em que há ausência de uma política estadual de agroecologia no território paraense, ocorreu/ocorre rica variedade de experiências (ASSIS; PIRAUX; AZEVEDO, 2019), promovendo tipologias territoriais ligadas as lutas do campo, lutas essas que se expressam na tríade Vida, Dignidade e Território, essas tipologias marcam uma outra racionalidade de pensar a relação Sociedade/Natureza, produzindo formas espaciais diferenciadas que respondem ao mesmo propósito como os assentamentos, as reservas extrativistas, os territórios indígenas e quilombolas, assim como a promoção da agricultura familiar.

Em se tratando das experiências de produção agroecológica na RMB, procurou-se categorizar as diferentes abordagens e tipologias territoriais, dividindo-as em pelo menos quatro categorias diferentes: a) os assentamentos de reforma agrária; b) quilombos urbanos; c) produtores das ilhas; d) quintais produtivos; e e) hortas comunitárias. Essas categorias não são rígidas, porém, é possível compreender a diversidade da produção agroecológica no espaço urbano e periurbano da RMB.

Quadro 1 – Práticas e experiências levantadas na RMB

Categoria	Experiência	Organizadores	Localização
Assentamento de reforma agraria	Assentamento João Batista II	vinculado ao MST.	CASTANHAL- PA
	Assentamento Martires de Abril	Vinculado ao MST.	ILHA DE MOSQUEIRO EM BELÉM – PA
	Assentamento Abril Vermelho		SANTA BARBARA- PA
Quilombos urbanos	Quilombo do Abacatal	Comunidade quilombola	ANANINDEUA-PA
	Rede Ayé	Associação Rede Casa Preta	ILHA DE CARATATEUA EM BELÉM-PA
Produtores das ilhas	Experiência de Agroindústria Agroecológica	A experiência inicia em 2006 por dona izete mas conhecida como dona Nena	ILHA DO COMBU EM BELÉM-PA
	Agroextrativista Agroecológico das Ilhas de Belém	Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém – MMIBI	ILHA DE COTIJUBA EM BELÉM – PA
Quintais produtivos agroecológicos	Quintais produtivos de Marituba	Prefeitura de Marituba e Emater	Marituba/PA
	Quintais produtivos no Curuçamba	Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará (COPG)	BAIRRO DO CURUÇAMBA, ANANINDEUA/PA
	Projeto Quintal Vivo	Grupo de Mulheres Brasileiras	BAIRRO DO BENGUÍ, BELÉM/PA
	Projeto Quintais Produtivos Agroecológicos	Instituto pobres servos da divina providencia em parceria com ufra e Emater	MARITUBA/PA
	Projeto Quintais Ecopeéticos	Escola Bosque Eidorfe Moreira	ILHA DE CARATATEUA, BELÉM/PA
Hortas comunitárias e escolares	Projeto Agroecologia na Escola	Projeto de extensão da UFPA, juntamente com escola E.E.E.M Francisco da Silva Nunes - Belém-PA	BAIRRO DA MARAMBAIA, BELÉM/PA
	Projeto Horta na Escola Bosque	Escola Bosque	ILHA DE CARATATEUA, BELÉM/PA
	Horta escolar da Escola Bosque	escola bosque eidorfe moreira	ILHA DE CARATATEUA, BELÉM/ PA
	Espaço de Educação Ambiental do EMAÚS	Movimento Republica de EMAÚS	BAIRRO DO BENGUI EM BELÉM - PA

Fonte: Elaboração do autor, 2022.

A segurança alimentar em áreas urbanas e periurbanas leva em consideração os três elementos sugeridos pela FAO: produção, circulação e consumo, o que se observou nas experiências levantadas com o desenvolvimento de sistemas agrícolas de pequena escala e com o uso de insumos disponíveis, que fomentam a autonomia de produção, a valorização de circuitos curtos e consumo direto, bem como a garantia de qualidade do alimento comercializado.

Cada categoria classificada, do uso territorial dos espaços urbanos, corresponde a experiências diferenciadas de apropriação do espaço. A reivindicação de identidades territoriais

como a de quilombo urbano, de camponês na cidade e extrativistas urbanos, demonstram outras relações campo/cidade que necessitam de políticas públicas específicas.

Os assentamentos de reforma agrária estão vinculados ao movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST), presente na região desde 1998. Com a ocupação do assentamento João Batista II em Castanhal-PA, de início as investidas do MST preocuparam-se mais com a distribuição das terras, sem tanta ênfase no uso e manejo das terras depois da posse. Foi com a aprovação do plano de nova reforma agrária social do MST, no início dos anos 2000, que as práticas agroecológicas passaram a ser vistas como ferramentas para a segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar (SILVA, 2011). Na RMB, duas práticas são realizadas: os Sistemas de Produção Orgânicos (SAPO) e os Lotes de Produção Orgânica (LAPO) (VILHEMA, 2018).

As experiências em assentamentos na RMB correspondem a uma necessidade básica, a disponibilidade de terras, provocando a questão da regularização fundiária tão necessária para a efetividade de políticas de incentivo a agricultura rural ou urbana. Dessa forma, a luta pelo direito a terra, para atividade agrícola, toma singularidade na RMB enquanto garantia de teto, trabalho e alimentação.

Levantou-se três experiências de assentamentos na RMB localizados em Belém, Castanhal e Santa Barbara com produção familiar e venda nas feiras locais dos municípios, contribuindo para o abastecimento de alimentos com notável esforço para a produção agroecológica. Tal emprego pode ser observado nas relações de confraternização, promoção de mutirões de apoio e doações de alimentos durante a pandemia, promovendo resiliência social e segurança alimentar de famílias da RMB.

Figura 2 – imagens dos assentamentos levantados a) 23^a aniversário do assentamento João Batista II, b) mutirão de viveiro de mudas no assentamento Mártires de Abril e c) doações de alimentos a famílias da RMB pelo assentamento Abril Vermelho.



Fonte: a) acervo do MST no Pará, Autor: Brígida (2021) disponível em <https://mst.org.br/2021/11/23/23o-aniversario-do-assentamento-joao-batista/> acesso em 20/07/2022; b) acervo do MST no Pará (2020), disponível em Página MST Oficial no Witter https://twitter.com/mst_oficial/status/1440385272718376963 acesso em 20/07/2022; c) acervo do MST (2020), disponível em V <https://mst.org.br/2020/04/17/assentamento-abril-vermelho-comemora-16-anos-com-doacoes-de-alimentos-saudaveis-no-para/> acesso em 20/07/2022.

Os Quilombos Urbanos têm como ênfase a reprodução do modo de vida dos povos tradicionais em áreas urbanas. Catalogou-se duas experiências na RMB, a primeira localiza-se no município de Ananindeua, sendo sua área delimitada e suas terras devidamente regularizadas em 1999, sua relação com o agro extrativismo é notável e permanece conflitivo com empreendimentos que circunvizinham o seu território (SOUSA *et al*, 2020), tendo a produção agroextrativista e produção orgânica em quintais, práticas que vem reforçando a busca por uma soberania alimentar ao modo de vida quilombola.

O segundo localizasse na Ilha de Caratateua em Belém, tendo como perspectiva a formação de um território em rede, procura através dos terreiros a valorização da cultura afro,

a sabedoria tradicional, a segurança alimentar e soberania alimentar, formando uma rede de solidariedade sob as bases de uma ecologia integral (MARQUES, 2018).

As experiências agroecológicas dos produtores das ilhas de Belém, carrega em seu seio a produção agroextrativista, o modo de vida ribeirinho e seus saberes além de proximidades com atividades voltadas a ideia de ecoturismo. Duas experiências foram catalogadas, a primeira é a do Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), localizado na Ilha de Contigua, o qual incentiva a produção agroextrativista para a confecção de artigos, bolsas e bijóias, assim como a produção de alimentos orgânicos nas ilhas, na busca pela segurança e soberania alimentar, aliado as ideias de ecoturismo por meio da discussão de gênero, desenvolvimento e os ecossistemas (MARQUES, 2019).

A segunda é a experiência de agroindústria de produção agroecológica de chocolate orgânico na Ilha do Combu em Belém, que tem o beneficiamento do cacau de forma orgânica e o preparo do chocolate de forma artesanal, produzindo renda e tornando-se alternativa de produção para moradores. Tal empreendimento tem ganhado destaque no fomento de práticas alternativas para verticalização da produção local (VELOSO, 2021).

Os quintais produtivos e hortas comunitárias ganham destaque no município de Marituba através do projeto Quintais Produtivos Agroecológicos, coordenado pelo Instituto Pobres Servos da Divina Providência, em parceria com a Emater e a UFRA que, por meio produção de alimentos, busca uma alternativa de combate a insegurança alimentar e nutricional assim como gerar ocupação e produção de renda (SILVA, 2019).

O projeto tem seus valores pautados nas práticas tradicionais resgatando a relação do ser humano com os ciclos e leis da natureza, trazendo resultados terapêuticos de estilo de vida campesino dentro de um espaço compreendido como urbano. O projeto de incentivo à quintais de Marituba, desenvolvido em 2021, em parceria da Emater e Prefeitura, amplia a experiência de quintais produtivos do município. Outra importante experiência de quintais produtivos encontra-se localizada no bairro do Curuçamba, em Ananindeua, com parceria entre os associados da Cooperativa dos Produtores da Gleba Guajará e a Embrapa (SEQUEIRA, 2014; FRÓES JUNIOR, 2020).

A Soberania Alimentar é ressaltada na busca de autonomia da produção e reforçada pelas relações de solidariedade. Neste sentido, outra experiência catalogada foi a do espaço de educação ambiental do Emaús, localizado no Bairro do Bengui em Belém. Em funcionamento desde maio de 2019, procura ser um espaço de experiência comunitária, atuando como incubadora de práticas agroecológicas e educação ambiental, incentivando a produção de alimentos em quintais e servindo como sustentação para a garantia de soberania alimentar ao conservar e distribuir sementes e mudas. Outro projeto desenvolvido no bairro do Bengui é o Quintal Vivo de iniciativa do Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), que tem como objetivo o fomento à autonomia de mulheres em situação de vulnerabilidade, através do cultivo de quintais, produção de mudas, hortaliças, plantas ornamentais e medicinais, que são comercializadas na feira agroecológica do bairro do Bengui (CONCEIÇÃO, 2011).

Figura 3 – cartaz de divulgação da feira agroecológica do GMB.



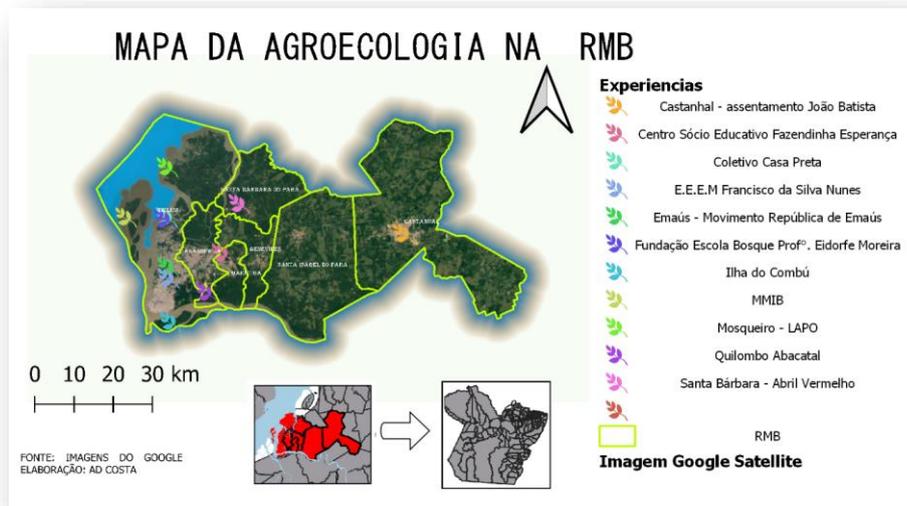
Fonte: Pagina Grupo de Mulheres Brasileira GMB (Face book), 30 jun. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/305495363132411/photos/a.322953671386580/1686967238318543/> Acesso em; 22 Jul. 2022.

Além dos já citados projetos, experiências e práticas desenvolvidos na RMB, as hortas escolares e comunitárias, assim como os quintais produtivos, tem ganhado grande prestígio como estratégia de sobrevivência nos espaços urbanos e periurbanos.

Práticas como o projeto Hortas na Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, localizada na Ilha de Caratateua/Ouiteiro em Belém e na escola Francisco Nunes no Bairro da Marambaia, também em Belém, objetivam a interação entre o ensino nas escolas e a produção de alimentos que transcendem o ensino formal com experiência de ensino aprendido como prática de vida, além de assegurar alimentação escolar de qualidade e interação com a comunidade no incentivo de trocas de mudas e o diálogo com os saberes tradicionais e populares (ALMEIDA; MARTINS, 2021).

Na Ilha de Caratateua os quintais produtivos destacam-se por serem multifuncionais, servindo como pontos de cultura. O projeto Ecomuseu da Amazônia com a Escola Bosque Eidorfe Moreira e o Projeto Roteiro Geo-Turístico (GEOtur), da Universidade Federal do Pará (UFPA), elaboraram o primeiro roteiro Geo-Turístico da ilha dando destaque para os quintais como pontos de Cultura Popular em 2019. Em entrevista com quatro proprietários de quintais, participantes do projeto, entre Janeiro a Maio de 2021, observou-se as potencialidades e multifuncionalidades dos quintais sob a perspectiva agroecológica das dimensões econômica, social, cultural, ecológica, política e ética, demonstrando potenciais de resiliência social em sistemas complexos (COSTA, 2021).

Figura 4 – Mapa das experiências agroecológicas da RMB



Fonte: Costa (2022).

Ressalta-se a variedade de experiências e práticas agroecológicas sob as dimensões econômicas, sociais e ecológicas, olhares de diferentes organizações públicas, privadas e coletivos organizados, a segurança alimentar e nutricional, a geração de empregos, a educação ambiental crítica, a reprodução da vida e de valores dos povos e comunidades tradicionais e as lutas sociais de gênero, são alguns dos pontos levantados com mais frequência dentro dos objetivos e metas levantadas pelas experiências, o que permite apontar para uma política de agricultura urbana sob base agroecológica que transcenda o fator produtivo, muito importante a segurança alimentar, mas que só tem sentido como base para a conquista de direitos outros de ser/existir na cidade.

5 CONCLUSÃO

O estudo apresentou as práticas e experiências agroecológicas na RMB como propostas alternativas de se pensar o planejamento de cidades dentro das problemáticas enfrentadas no cenário atual. Observou-se a relevância de tais proposta para a segurança alimentar, soberania alimentar e autonomia dos povos que compõem os ecossistemas urbanos.

Diante do levantamento realizado, entende-se que os diferentes manejos de áreas, sejam elas de quintais, hortas em escolas e comunitárias, assim como terras de uso comum, representam importantes práticas de valorização da diversidade biológica, como nos espaços de troca de mudas e sementes, da valorização da diversidade cultural, quando incentiva os saberes, a arte e a cultura tradicional e popular, assim como garante a reprodução material de grupos, povos e comunidades em situação de vulnerabilidade nos meios urbanos.

Diante do exposto, a elaboração de políticas públicas de práticas agroecológicas ainda é escassa no Brasil. Em 2007 a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) elaboraram um panorama a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) nas até então 16 regiões metropolitanas do Brasil e levantaram-se mais de 600 experiências agroecológicas. Este manuscrito apresenta-se como retomada da discussão e busca da transformação da realidade social das cidades, contribuindo assim para se pensar cidades produtivas, resiliente e inclusivas.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, A. F; MARTINS, M. T. R. Boas práticas em educação museal: Roteiro de memória do Ecomuseu da Amazônia na ilha de Caratateua, Belém, Pará, Brasil. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 34, n. 54, p. 14-28, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22562/2021.54.01> Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/5915> Acesso em: 22 Jul. 2022.
- ARRAES, N. A. M; CARVALHO, Y. M. C. de. Agricultura urbana e agricultura familiar: interfaces conceituais e práticas **Informações Econômicas**, SP, v. 45, n. 6, nov./dez. 2015. Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/ie/2015/tec2-1215.pdf> Acesso em: 20 Jul. 2022.
- ASSIS, W. S. de; PIRAUX, Marc; AZEVEDO, H. P. **Dissonâncias no estado do Pará entre a inexistência da peapo e a trajetória rica da agroecologia** In: Construção de políticas de produção ambiental de agroecologia e orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das mudanças climáticas. Eric Sabourin; Stéphane Guéneau; Julianna Colonna; Luiz Raimundo Tadeu da Silva (Orgs.) EDITORA CRV, ed. 1, p. 142-160, 2019. DOI: 10.24824/978854443601.1 Disponível em <https://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=FR2020100279> Acesso em: 20 Jul. 2022.
- CAPORAL, F; COSTABEBER, J. POR UMA NOVA EXTENSÃO RURAL: FUGINDO DA OBSOLESCÊNCIA. **Reforma Agrária**. São Paulo: v.24, n.3, p. 70-90, 1994.
- CORRÊA, C. J. P; TONELLO, K. C; NAADI, E; ROSA, A. G. Semeando a cidade: histórico e atualidades da agricultura urbana. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo. Vol. 23, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/D9jj4kzfltzqKwWgbkxVhnc/?lang=en> Acessado em; 23 Jul. 2022.
- CUNHA, A. P. da. Diálogos entre Geografia e Agroecologia: Reflexões sobre território, desenvolvimento e colonialidade. *Terra Livre*, [S. l.], v. 2, n. 43, p. 170–205, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/685>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- DA TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. da. Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana: o caso de Belém. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 39-52, 1998. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.1999.123318. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123318>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- DE SOUSA, E. O, RIBEIRO, P. C. C, & SANCHES, H. N. Os reflexos socioambientais da expansão metropolitana de Belém sobre a Comunidade Remanescente Quilombola de Abacatal (CRQA). *Cerrados*, 18 (1), 129-158. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7525256> Acesso em: 21 Jul. 2022.
- DOURADO, J. Agroecologia e soberania alimentar na Amazônia: para além das trincheiras do modelo de desenvolvimento agrário/ agrícola. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S. l.], n. 16, p. 4-34, 2012. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i16p4-34. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/81022>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- GÚZMAN, S; WOODGATE, G. Agroecología: Fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. **Agroecología**. vol. 8, n.2, p. 27-34. 2013. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/212161>. Acesso em: 19 fev. 2022.
- HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade, Porto Alegre: **UFRGS**, 2004
- MARQUES, M. Entre o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém e as Agendas de Desenvolvimento das Nações Unidas: discussões sobre Gender Mainstreaming. **Revista Espirales**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 74–94, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1478>. Acesso em: 23 jul. 2022.
- MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. Belém: Imprensa Universitária, Belém-PA 1966.
- SANTOS, A. A. M. T. dos et al. Segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da **UFRGS**, 2016. Cap. 5, p. 115-139, 2016.
- SILVA, J. R. S. da. Caracterização socioeconômica e ambiental de quintais urbanos em Marituba, Estado do Pará. Orientador: Marcos Antônio Souza dos Santos; Antônia do Socorro Aleixo Barbosa. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2019. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1225> Acesso em: 20 Jul. 2022.

SILVA, P. G. da. A incorporação da agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

VELOSO, J. A. Experiência turística na Ilha do Combu-Design de Serviço como ferramenta para análise da visitação à Casa do Chocolate da Filha do Combu (Dissertação de Mestrado) Uninho, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/75775> Acesso em: 21 Jul. 2022.

VILHENA, L. F. N. Reforma agrária popular e agroecológica do MST: experiências de assentamentos do PA Abril Vermelho, Santa Barbara - PA. Orientadora: Laura Angélica Ferreira Darnet. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas familiares e desenvolvimento sustentável) - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/handle/2011/12148> Acesso em: 20 Jul. 2022.

WALLACE, R. Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciências. São Paulo: **Editora Elefante**, ed. 1 p. 630, 2020.